



POR UMA OUTRA AMÉRICA LATINA: REFLEXÕES ACERCA DA ABORDAGEM LATINO-AMERICANA NO ENSINO DE GEOGRAFIA

Raquel Ferreira Terto¹

Isabelle Inácio da Silva²

Geovanna Alves Costa da Silva³

Raphaela Pilatti Marques de Lima⁴

Andressa Elisa Lacerda⁵

Fábio Tadeu Santana⁶

RESUMO

O presente trabalho propõe uma análise crítica das normativas apresentadas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), especialmente no que se refere às limitações impostas aos conteúdos programáticos relacionados ao estudo da América Latina. A partir de práticas desenvolvidas nas turmas de 8º ano do Ensino Fundamental II do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ), no âmbito do PIBID, a pesquisa busca problematizar a história socioespacial latino-americana, tendo como objetivo central a construção de uma crítica à base curricular vigente, que tende a reproduzir, sem a devida problematização, estruturas de poder responsáveis por formar representações hegemônicas e eurocentradas da região. O debate evidencia a urgência de ações pedagógicas que incentivem a elaboração de currículos cotidianos capazes de questionar narrativas dominantes e fomentar práticas reflexivas e críticas. Com base no aporte teórico de autores como Quijano (2005), Girotto e Giordani (2019) e Oliveira (2022), comprehende-se que a abordagem adotada pela BNCC se alinha a um projeto político-ideológico de orientação neoliberal, contribuindo para a precarização da docência e do processo de ensino-aprendizagem, bem como para a manutenção de lógicas de controle do sistema vigente. A metodologia utilizada articula-se ao planejamento da professora regente e às suas inquietações quanto à escassez de materiais didáticos que abordem criticamente a temática em questão. Como principal resultado, identificou-se a presença de amarras curriculares sustentadas por um imaginário construído a partir de visões hegemônicas que distorcem as múltiplas realidades latino-americanas. Desse modo, reafirma-se a relevância desta pesquisa ao apresentar uma proposta pedagógica fundamentada em uma perspectiva decolonial, plural e metodologicamente participativa, que possibilite compreender a América Latina em suas diversidade, complexidade e potencialidades.

¹Graduanda do Curso de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, raquelferreirat15@gmail.com;

²Graduanda do Curso de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, isabelleinacio18@gmail.com;

³Graduanda do Curso de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, geovannacostass99@gmail.com;

⁴Graduanda do Curso de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, raphaelapilattimarqueslima@gmail.com;

⁵ Professora orientadora: Prof. Adjunta do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira - UERJ, andressageografiarj@email.com.

⁶ Coordenação do PIBID - Fábio Tadeu Santana - UERJ, professorfabiotadeu@gmail.com.



Palavras-chave: América Latina; Curículos cotidianos, Decolonial; Educação; Geografia.
IX Seminário Nacional do PIBID

INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas, a educação brasileira tem sido atravessada por um conjunto de transformações e reformas curriculares significativas orientadas por políticas públicas que buscam garantir uma maior equidade e coerência nos processos de ensino e aprendizagem, não estando o ensino de Geografia à parte dessa lógica. Dessa forma, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) surge enquanto um documento normativo que busca instituir referenciais comuns a toda educação básica no país, propiciando uma integração do ensino e assegurando o direito à aprendizagem para todo estudante.

Apesar de simbolizar a ideia de avanço em termos organizacionais e propondo a definição de competências essenciais ao ensino, tal documento por outro lado tem germinado debates e controvérsias quanto à forma a qual elege e hierarquiza os conteúdos a serem trabalhados em sala de aula, que por muitas vezes acabam por reforçar o desenvolvimento de práticas pedagógicas cada vez mais homogêneas e desconectadas das realidades dos discentes.

Criadas em meio a este cenário, as tensões evidenciam-se em distintas áreas do conhecimento, como na Geografia, que tem como função promover percepções críticas acerca das dinâmicas socioespaciais, mas que frequentemente é condicionada a orientações curriculares que priorizam abordagens descriptivas e conteudistas em detrimento da problematização desses fenômenos. Dessa forma, em meio às limitações da BNCC, o que se propõe é o reconhecimento de que, embora existam relevantes contribuições por parte deste documento, o mesmo reproduz estereótipos e visões de mundo que tendem a invisibilizar experiências e narrativas próprias acerca dos estudos latino-americano, promovendo a perpetuação de um conhecimento historicamente estruturado pela colonialidade do poder e do saber que marginalizam práticas e epistemologias anti-hegemônicas.

De acordo com essa lógica, o ensino de América Latina nas aulas de Geografia necessita de um olhar atento e crítico sobre as formas as quais são expressas as concepções sobre este espaço. Os livros didáticos, embora tenham contribuído para a ampliação do acesso a recursos didáticos, acaba por vezes trazendo narrativas relacionadas à BNCC a medida em que encontra-se sujeito a critérios editoriais e políticos que podem vir a restringir toda uma





diversidade de perspectivas e a inclusão das vozes latino-americanas. Logo, o objetivo aqui seria compreendermos de que maneiras docentes e instituições de ensino podem ressignificar

esses instrumentos através da construção de currículos cotidianos que visem desconstruir as noções pré-estabelecidas por um projeto político-ideológico neoliberal que precariza a docência e o aprendizado.

É nesta perspectiva que a experiência pedagógica desenvolvida nas turmas de 8º ano do Ensino Fundamental II do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ) se constrói. Assim, as práticas realizadas buscaram problematizar as representações hegemônicas sobre a América Latina, promovendo um diálogo entre os conteúdos curriculares e as realidades socioculturais dos estudantes. Dessa forma, tal proposta de ensino busca explorar a BNCC através de suas brechas e potencialidades com o intuito de estabelecer uma leitura crítica e plural do território latino-americano para com os discentes em sala de aula. Assim, ao sugerir um estudo que engloba teoria, política educacional e prática pedagógica, busca-se auxiliar na construção de uma perspectiva de ensino que compreenda uma América Latina a partir de si mesma.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, fundamentado em uma abordagem de base bibliográfica e na elaboração de atividades articuladas ao planejamento da professora regente da turma do segmento supracitado. O estudo volta-se à construção de reflexões sobre as práticas pedagógicas no ensino de Geografia, tomando a realidade latino-americana como eixo central de análise, com o propósito de fomentar a formação de uma consciência crítica acerca da identidade e do papel social dos estudantes, contribuindo para a problematização das relações de poder que atravessam o cotidiano escolar e o espaço vivido.

A metodologia adotada envolveu uma observação direta, planejamento e execução de aulas temáticas, além da análise reflexiva das percepções dos estudantes diante dos conteúdos abordados. Neste sentido, a pesquisa fundamenta-se teoricamente nos pressupostos da perspectiva pedagógica freireana, que busca estabelecer uma valorização do diálogo, da escuta, das experiências discentes, explorando as percepções sobre a questão identitária,





simbólica e as transformações que decorrem na América Latina, configurando assim sua multiplicidade, e nas concepções fundamentadas por Aníbal Quijano, referindo-se criticamente às hierarquias e colonialidades observadas ainda dentro da lógica escolar.

No que tange à organização dos conteúdos, as aulas foram estruturadas a partir de temáticas que exploram a América Latina e suas dimensões geográficas, culturais, históricas, políticas e simbólicas. Todas as atividades foram elaboradas com o intuito de subverter o currículo rígido, possibilitando a apresentação de novas abordagens ligadas ao conteúdo e autonomia educativa. Esta dinâmica possibilitou uma construção reflexiva acerca do pertencimento latino-americano por parte dos discentes, impulsionando a construção de uma identidade regional.

Por fim, ao dialogar com as orientações da BNCC , a pesquisa buscou compreender em que medida o currículo escolar brasileiro contempla ou limita as discussões sobre a América Latina, reafirmando a educação como espaço de formação crítica e emancipatória.

REFERENCIAL TEÓRICO

Reconhecido enquanto um país de dinâmicas profundas e diversas, o Brasil apresenta inúmeras realidades dentro do campo educacional, havendo assim a necessidade de compreendermos como o ambiente escolar é capaz de apresentar múltiplas trajetórias e particularidades de acordo com seu segmento e localização. Neste sentido, a ideia de um currículo único que segmenta e padroniza o ensino se dá de forma complexa e desafiadora.

O ensino de América Latina nas escolas enfrenta o desafio de romper com as narrativas historicamente eurocêntricas e a dificuldade em se estabelecer e definir uma identidade latino-americana. Neste sentido, uma educação geográfica, social e crítica, torna-se essencial à medida em que se propõem a desmantelar o "espelho eurocêntrico" (QUIJANO, 2005, p. 138), reivindicando uma racionalidade pedagógica assentada na insurgência de saberes dominados.

Para Quijano (2005), a sociedade latino-americana constitui-se do nascimento do capitalismo colonial/moderno e eurocêntrico, cujo eixo fundamental encontra-se na classificação social da população baseada na ideia de raça. Tal construção mental, desprovida de fundamento biológico, foi utilizada para legitimar as relações de dominação, associando-as





a novas identidades raciais - índios, negros, mestiços e papéis e lugares sociais hierárquicos e à divisão racial do trabalho. A colonialidade do poder é, assim, um elemento do padrão de poder hegemônico que se mostrou mais estável e duradouro do que o colonialismo formal

(QUIJANO, 2005, p. 117). O ensino da América Latina é, portanto, diretamente afetado pela perspectiva eurocêntrica do conhecimento, que se impõe globalmente. Essa perspectiva codificou as relações intersubjetivas em categorias binárias (primitivo-civilizado, mágico/mítico-científico), recolocando os povos colonizados no passado de uma trajetória histórica cuja culminação seria a Europa. Essa operação intelectual, etnocentrista e provinciana, levou os latino-americanos a verem e aceitarem uma imagem distorcida de si mesmos no "espelho eurocêntrico", impedindo-os de identificar seus reais problemas *Ibid*, p. 129. A superação desse quadro, segundo Quijano (2005, p. 137), exige a descolonização das relações sociais, políticas e culturais e a redistribuição radical do poder. Nesse sentido, as práticas e estratégias pedagógicas mostram-se centrais na constituição de indivíduos críticos.

A matriz colonial de poder rearticula-se na contemporaneidade, especialmente no contexto brasileiro, sob a racionalidade neoliberal e suas profundas implicações sociais, políticas e espaciais. Conforme analisam Girotto e Giordani (2019), a formação socioespacial do Brasil, estruturada no interior do capitalismo dependente e periférico, revela a permanência de processos históricos de violência que se atualizam na forma de genocídios direcionados a grupos socialmente marcados pela subalternização, como povos indígenas, populações negras, mulheres e sujeitos LGBTQIA+. Esse cenário evidencia que o neoliberalismo não apenas reorganiza as dinâmicas econômicas, mas também reforça mecanismos de controle, exclusão e hierarquização social herdados do colonialismo, naturalizando desigualdades e legitimando práticas de extermínio simbólico e material.

É nesse horizonte que Denilson Araújo de Oliveira (2022), em diálogo com Quijano, aprofunda a compreensão sobre como o debate da segurança pública no Brasil opera como um dos dispositivos centrais de atualização da colonialidade do poder, produzindo e legitimando existências desumanizadas a partir da ideia de raça. O autor demonstra que os dispositivos de racialidade, forjados no contexto colonial-escravocrata, são reconfigurados na cidade neoliberal para garantir a chamada “sensação racial de segurança da branquitude”, ao mesmo tempo em que relegam os corpos negros à condição de ameaça permanente. Assim, o





genocídio negro configura-se como elemento estruturante do contrato racial brasileiro, que historicamente posiciona a população negra fora da pactuação social, reduzindo-a à figura do “inimigo” ou do “não-ser” (OLIVEIRA, 2022). Essa lógica se materializa por meio da necropolítica, caracterizada como formas de soberania cujo projeto central não reside na

promoção da vida, mas na administração da morte, na instrumentalização da existência humana e na destruição sistemática de corpos e populações (MBEMBE apud GIROTTI; GIORDANI, 2019).

Em termos curriculares, ignorar essa violência contínua é cair no abstracionismo pedagógico criticado por Azanha, citado por GIROTTI e GIORDANI (2019, p. 124), que neutraliza contextos amplamente desiguais. A colonialidade impede assim a democratização e a plena nacionalização das sociedades latino-americanas, e, portanto, o ensino da região deve confrontar ativamente o projeto supremacista branco que se expressa na necropolítica e na antinegritude - a "negação ontológica da pessoa negra" (VARGAS apud OLIVEIRA, 2022).

No texto “O ensino de Geografia e a Lei 10.639” do professor Renato Emerson dos Santos, aborda-se como a educação pode dar uma resposta ao racismo já que a mesma reproduz um sistema de dominação enraizado no patriarcado, eurocêntrico e heteronormativo. Neste sentido, o texto apresenta a Lei 10.639/2003 em que é obrigatório o ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira no Ensino Básico, uma luta que vem de anos de reivindicação do Movimento Negro Brasileiro. Neste sentido, para sair desta lógica produzida pelo colonialismo e pelo humanismo eurocêntrico, é necessário o “Renascimento de Epistemologias/Ontologias Negras” (OLIVEIRA, 2022, p. 12). Isso envolve a circulação de saberes dominados - conteúdos históricos sepultados e saberes desqualificados (ingênuos, regionais, locais) - que desafiam a supremacia do pensamento ocidental (FOUCAULT apud OLIVEIRA, 2022).

Lélia González apresenta o conceito de Amefricanidade enquanto uma categoria político-cultural que procura conceber a valorização de experiências das populações africanas e afrodescendentes nas Américas nos quesitos históricos, políticos e/ou culturais. Neste sentido, o apagamento proposital destes deriva-se do processo de colonialismo e da manutenção de seus resquícios por meio da colonialidade, que promove não apenas a aniquilação de contribuições diretas de outros povos em detrimento das epistemologias



dominantes, mas que também X Seminário Nacional do PIBID preterem e reduzem tais povos e suas contribuições à inferiorização à medida que se estabelece a imposição de modelos de vivências ocidentais e hegemônicos que buscam homogeneizar as distintas identidades americanas. Nesse sentido, a noção de “amefrikanidade” apresenta-se como uma concepção integradora, habilitada a

conectar experiências africanas e afrodescendentes no continente americano. Sendo assim, a identidade latino-americana não pode e nem deve ser reduzida apenas a uma questão linguística advinda dos colonizadores, à medida que a mesma se constrói a partir da influência de vários grupos apagados por parte do colonialismo.

Diante da hegemonia da racionalidade neoliberal, os indivíduos são concebidos para a competição e o auto-empresariamento, ampliando a precarização e os territórios de necropolítica. Neste sentido, no âmbito da educação, para Girotto e Giordani (2019), se apresentam como implicações dos princípios pedagógicos em que a lógica instrumental se comporta de forma desumanizante. Deste modo, a Geografia não deve servir à utilidade instrumental, mas sim produzir sentidos no processo de humanização. O ensino-aprendizagem deve ser um ato de criação, que reconhece e alarga as experiências espaciais dos estudantes, possibilitando o movimento da condição à "consciência espacial". Para além disso, é crucial lutarmos contra a precarização do trabalho e as políticas curriculares autoritárias, como a BNCC, que induzem a docência à mera execução de currículos "à prova de professores" (APPLE apud GIROTTTO; GIORDANI, 2019). Assim, para Girotto e Giordani (2019) a aula de Geografia deve ser reivindicada como um espaço de criação, singular e irreprodutível, e a docência como um ato político em defesa da escola pública.

Assim, o ensino da América Latina nas escolas não é apenas uma tarefa de transmissão de conteúdos, mas um campo de batalha ético-político que requer o reconhecimento da América como o primeiro espaço/tempo do padrão de poder colonial/moderno (QUIJANO, 2005, p. 117), a denúncia das formas contemporâneas de necropolítica e genocídio (GIROTTTO; GIORDANI, 2019; OLIVEIRA, 2022), e a adoção de princípios pedagógicos que promovam a racionalidade do comum e a humanização. É através dessa descolonização curricular que a educação poderá contribuir para a superação da colonialidade do poder e a afirmação de um projeto societário que lute pela "redistribuição





radical do poder" (QUIJANO, 2005, p. 138) e pela defesa do direito de uma educação crítica e libertadora.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As práticas construídas durante os dois primeiros trimestres deste ano letivo originou-se das inquietações da professora Andressa Lacerda, focada em encontrar outras

possibilidades pedagógicas eficazes para o ensino de América Latina, sobretudo com a turma do 8º ano do Ensino Fundamental II, e em como superar o conteúdo rígido e estigmatizado frequentemente associado à região. A premissa central era fomentar a internalização da identidade latina pelos estudantes brasileiros, que, na maioria das vezes, falham em se perceberem como parte da América Latina. Reconhece-se, assim, a dificuldade inerente em introduzir a "latinidade" dentro de sala de aula.

Partindo do planejamento da docente e das provocações propostas aos bolsistas, a experiência se iniciou com uma análise do livro didático (Boligian e Alves, 2022). Nesse momento, observou-se que o material reforça alguns estereótipos recorrentes sobre a América Latina. Entre eles, destacam-se a representação limitada das atividades econômicas da região, que são frequentemente reduzidas a setores primários, e a associação direta entre determinados países e práticas ilícitas, como a descrição das etapas de produção da cocaína atribuídas à Colômbia.

Dessa forma, buscou-se a realização de intervenções que abordem a complexidade da América Latina, oferecendo um arcabouço para uma visão diferenciada. Nesse contexto, as atividades foram estruturadas para introduzir diversos temas sobre a região de forma contextualizada e com uma visão de diversidade. Com isso, iniciou-se a aplicação de uma folha referente a uma apresentação da regionalização da América Latina, que incorpora conceitos teóricos como a "amefrikanidade" de Lélia Gonzalez e ideias do autor Anibal Quijano, abrangendo a diversidade cultural e linguística, mostrando-se fundamental para que os alunos entendessem a pluralidade que percorre a América Latina com a existência dos idiomas oficiais francês, português, espanhol e outras línguas faladas por populações indígenas e quilombolas, como o guarani e tupi. Além disso, para introduzir a discussão sobre





a "latinidade" e sua repercussão atual, foi feita uma referência ao álbum “*Debí Tirar Más Fotos*” do rapper *Bad Bunny* (2025). Essa estratégia demonstrou-se eficaz como ferramenta de introdução, pois, embora os alunos não reconhecessem o artista pelo nome, identificavam a música devido à sua intensa viralização global e potencialização pelas redes sociais.

O trabalho também explorou o campo histórico-político, através de materiais audiovisuais como o filme “*Machucca*”(2004), que aborda o período ditatorial no Chile,

trazido para a sala de aula, promovendo um debate e uma conversa sobre as ditaduras vivenciadas na América Latina, ressaltando a experiência brasileira.

No âmbito esportivo-cultural, a Copa Libertadores foi utilizada como elemento mediador das discussões, por meio da realização de um campeonato de futebol de botões, no qual se evidenciou a predominância da participação masculina e o consequente domínio dos discursos em sala de aula. Como proposta pedagógica, os estudantes foram instigados a montar seus times a partir de personagens históricos e referências vinculadas aos processos de libertação da América Latina, conforme ilustrado nas fotografias 1 e 2, favorecendo a articulação entre cultura esportiva, memória histórica e reflexão crítica sobre representatividade dos povos da região.



Fotografia 1 e 2: Atividade - Futebol de botão: Os Libertadores.

Uma outra atividade de resultado significativo para a análise de identidade foi a elaboração de um mural, onde os alunos foram convidados a expressar o que significava para eles serem jovens latino-americanos e brasileiros. Utilizando o novo mapa do IBGE (2025) onde o Brasil está localizado no centro. Para apontar a relação afrolatina, foi elaborada uma pesquisa de ritmos latino-americanos. Subsequentemente, os alunos realizaram pesquisas





sobre cantores, compositores e a origem de gêneros como o funk e o samba, ampliando a compreensão da diversidade cultural presente na região.

Ainda que os alunos demonstrem interesse por temas políticos de grande relevância atual, como o caso da Venezuela, frequentemente associado à ideia de “ditadura”, o tempo disponível e o formato curricular acabam criando obstáculos para aprofundar essas discussões. A complexidade desse tipo de assunto esbarra tanto no calendário escolar quanto

na forma como a escola organiza o conhecimento em disciplinas fragmentadas. Além disso, a necessidade de a obrigação de avançar rapidamente para cumprir conteúdos previstos para o segmento escolar dificulta a abertura de espaço para um diálogo qualificado. Isso impede a disponibilidade de tempo necessário para debates calmos e aprofundados, fundamentais para que os jovens, ainda em processo de formação e amadurecimento de uma visão de mundo crítica, compreendam essas questões de maneira consistente.

Os licenciandos, responsáveis pela pesquisa e execução, reconhecem a complexidade de trabalhar o tema, visto que eles próprios nem sempre possuem um contato extenso com o mundo latino-americano. Isso demanda um trabalho prévio de pesquisa e a elaboração de formas de apresentação que sejam simples, diretas e que induzam à reflexão por parte dos alunos. A experiência sublinha, portanto, que a formação de uma identidade latina crítica exige um rompimento com o modelo didático tradicional e a superação das limitações impostas pela rigidez curricular.

Logo, a finalidade dos conteúdos encaminhou-se de forma positiva fortalecendo um olhar crítico, identitário e integrador aos alunos relacionando, inclusive, outras disciplinas como: História e Artes juntamente com a Geografia. Além disso, o desenvolvimento das atividades ajudou a exceder perspectivas estereotipadas postas sobre a América Latina, conduzindo para o entendimento de uma região diversa e múltipla considerando a formação histórica e cultural marcada pela colonização europeia, em contraposição da existência indígena e da diáspora africana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS





A partir da prática pedagógica com as turmas de 8º ano do CAp-UERJ revelam-se

Projeto Inovar e Transformar
IX Seminário Nacional do PIBID

limitações significativas no que diz respeito à abordagem da América Latina nos materiais didáticos aprovados pelo PNLD, assim como nas diretrizes estabelecidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Observou-se que os conteúdos propostos tendem a apresentar a América Latina a partir de uma perspectiva reduzida a narrativas eurocêntricas e econômicas, reforçando estereótipos e apagando a diversidade cultural, histórica e política da região.

Assim, a análise crítica do livro didático utilizado, aliada a observação das dificuldades enfrentadas pelos docentes para encontrar materiais que contemplam uma

abordagem plural e crítica sobre a América Latina, evidenciou a existência de uma normatividade curricular que restringe as possibilidades de construção de um ensino mais reflexivo e contextualizado.

Além disso, verificou-se que ao adotar uma estrutura normativa que aparenta neutralidade no currículo, na realidade, alinha-se a um projeto político-ideológico de caráter neoliberal, implicando na padronização do ensino, na precarização do trabalho docente e na redução da autonomia pedagógica. Tal modelo curricular impede avanços no sentido de uma educação decolonial, crítica e comprometida com a formação.

A partir dessa conjuntura, a prática pedagógica desenvolvida no CAp-UERJ buscou constituir uma proposta metodológica alternativa, baseada em uma perspectiva decolonial, através da escuta dos estudantes e da participação ativa. A construção de espaços de debate sobre a América Latina permitiu que os alunos problematizassem representações hegemônicas, refletissem sobre questões identitárias e culturais, e desenvolvessem maior senso crítico em relação às narrativas propostas tanto nos livros quanto nos discursos midiáticos.

Portanto, conclui-se que, mesmo diante das limitações estruturais impostas pela BNCC e pelo livro didático, é possível fomentar práticas pedagógicas que rompam com o imaginário hegemônico e contribuam para a construção de saberes mais justos, plurais e emancipatórios. Para que isso se efetive, torna-se imprescindível que o docente disponha de tempo destinado ao planejamento, à leitura e ao estudo, possibilitando a reorganização crítica de seu currículo. Reforça-se, assim, a necessidade de repensar o currículo de forma contínua e





dialógica, ancorando-o nas experiências concretas dos estudantes e em suas realidades socioespaciais, de modo a promover uma educação mais democrática e socialmente comprometida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMÉRICA invertida: o mapa de ponta-cabeça. Teoria do Design, [s.d.]. Disponível em: <<https://teoriadodesign.com/america-invertida-o-mapa-de-ponta-cabeca/>>. Acesso em: 17 nov. 2025.

BOLIGIAN, Levon; ALVES, Andressa. Conexões & vivências: geografia, 8: ensino fundamental: anos finais - 1. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2022.

FORTUNA, V. A pedagogia freireana: um diálogo sobre a liberdade. Revista Diálogo Educacional, Curitiba: Editora PUCPRESS, v. 23, n. 79, p. 1479-1490, out./dez. 2023. DOI: <https://doi.org/10.7213/1981-416X.23.079.AO07>.

GIROTTI, E. D.; GIORDANI, A. C. C. Princípios do ensinar-aprender geografia: apontamentos para a racionalidade do comum. *GEOgraphia*, Niterói, v. 24, n. 53, p. 113-134, 2019.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de ameficanidade. In: *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.). 1988, p. 69-81.

MACHUCA. Direção: Andrés Wood. Santiago: Parox, 2004. 1 filme (120 min), color.

OLIVEIRA, D. A. de. Existências desumanizadas pela colonialidade do poder: necropolítica e antinegritude brasileira. *GEOgraphia*, Niterói, v. 24, n. 53, e55623, 2022.



QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10469/6042>. Acesso em: 18/10/2025

SANTOS, Renato Emerson. **O ENSINO DE GEOGRAFIA E A LEI 10.639: ALGUMAS DISCUSSÕES DE CURRÍCULO.** Consequência Editora, Rio de Janeiro, cap 14, p. 317-339, 2015.

